ALFACONCURSOS.COM.BR

PRF

GABARITO EXTRAOFICIAL

ÉTICA

AlfaCon
Concursos Públicos

ÉTICA

A respeito da ética no serviço público, da administração pública federal bem como dos servidores públicos federais e seus direitos e deveres, julgue os itens que se seguem.

45. A revelação de segredo do qual o servidor se apropriou em razão do cargo enseja a penalidade de demissão, o que implica o ressarcimento ao erário por parte do servidor.

Segundo o artigo 132 da lei 8112/90, tem-se:

Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

IX - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;

Sendo correta a afirmação de que a penalidade devida é a DEMISSÃO, porém, a Lei 12813/13, que dispõe sobre os Conflitos de Interesses na Administração Pública preceitua que:

Art. 4º O ocupante de cargo ou emprego no Poder Executivo federal deve agir de modo a prevenir ou a impedir possível conflito de interesses e a resguardar informação privilegiada.

§ 2º A ocorrência de conflito de interesses independe da existência de lesão ao patrimônio público, bem como do recebimento de qualquer vantagem ou ganho pelo agente público ou por terceiro.

Sendo a Revelação de Segredo, um Uso de Informação privilegiada, sendo uma caracterização de conflito de interesses, fica claro a NÃO DEPENDÊNCIA de LESÃO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO para a tipificação legal.

O RESSARCIMENTO é devido em caso de LESÃO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO. A questão cita que IMPLICA o RESSARCIMENTO, dando a entender que é uma condição certa, porém, não é necessário a ocorrência de lesão para caracterizar o Conflito de Interesses.

OBS – A CEBRASPE pode ter se posicionar de maneira contrária, alegando que apresentou uma POSSIBILIDADE de ressarcimento, o que tornaria a questão CERTA!

Gabarito: ERRADA.

46. O diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, desde que satisfeitos os requisitos legais, poderá realizar a contratação direta de empresa na qual um primo seja sócio.

A questão é referente ao decreto 7203/10, que preceitua que:

Art. 2º Para os fins deste Decreto considera-se:

III - familiar: o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

Primo é parente de QUARTO GRAU, sendo assim, não há óbice na situação descrita.

Gabarito: CERTO.

47. Caso terceiro solicite, por telefone, informação sobre aquisições de determinado órgão público, o servidor deverá orientá-lo a preencher o formulário padrão, disponibilizado em meio eletrônico e físico, com os dados exigidos pela lei.

A Lei de Acesso a Informação, que é regulamentada pelo Decreto 7724/12 preceitua que o servidor deve ORIENTAR o cidadão em COMO ADQUIRIR AS INFORMAÇÕES PRETENDIDAS, que deve ser solicitada em:

- Formulário Padronizado
- Disponibilizado em Meio Eletrônico ou Físico

Este formulário deve conter os dados exigidos em legislação.

Gabarito: CERTO.

48. O investigado poderá ter vista dos autos, com direito a cópia se assim o desejar, mesmo antes da notificação da existência de procedimento investigatório em comissão de ética.

Praticamente a LITERALIDADE do artigo 14 do Decreto 6029/07

Art. 14. A qualquer pessoa que esteja sendo investigada é assegurado o direito de saber o que lhe está sendo imputado, de conhecer o teor da acusação e de ter vista dos autos, no recinto das Comissões de Ética, mesmo que ainda não tenha sido notificada da existência do procedimento investigatório.

Parágrafo único. O direito assegurado neste artigo inclui o de obter cópia dos autos e de certidão do seu teor.

Gabarito: CERTO.

49. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, ausência de servidor do seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, já que pode acarretar desordem nas relações humanas.

Praticamente a LITERALIDADE do que vem previstos em uma das REGRAS DEOTOLÓGICAS, sendo:

XII - Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.

Gabarito: CERTO.

50. A estratégia, que consiste em um mecanismo para o exercício da govemança pública, compreende a definição de diretrizes, objetivos, planos e ações, para que os serviços de responsabilidade da organização alcancem o resultado pretendido.

Praticamente a LITERALIDADE do conceito de ESTRATÉGIA do Decreto 9203/17

II - ESTRATÉGIA, que compreende a definição de diretrizes, objetivos, planos e ações, além de critérios de priorização e alinhamento entre organizações e partes interessadas, para que os serviços e produtos de responsabilidade da organização alcancem o resultado pretendido; e

Gabarito: CERTO.